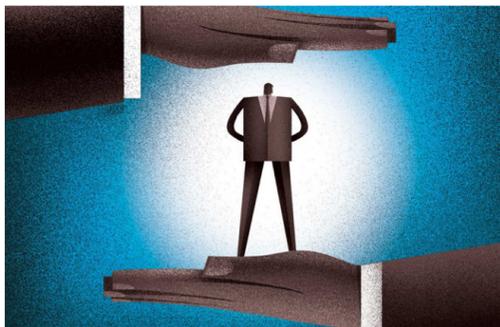


## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



## Atitude de Silveira é uma provocação ao Supremo

Ao se recusar a usar tornozeleira eletrônica, desafiando o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e buscar refúgio nas dependências da Câmara, exigindo solidariedade do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), o deputado Daniel Silveira (União Brasil-RJ) escala uma provocação política, cujo objetivo é criar um ambiente de radicalização contra a Corte, com propósitos eleitorais e um viés golpista.

Pressionado, Lira foi condescendente: distribuiu nota na qual afirma que o plenário da Câmara é inviolável e defendeu que o plenário do Supremo analise o pedido de revogação da decisão de Moraes feito pela defesa de Silveira. Réu no STF por estimular atos antidemocráticos e ameaçar as instituições, o parlamentar passou a madrugada de terça para quarta-feira em seu gabinete, depois de anunciar que não colocaria a tornozeleira; diante da decisão de Moraes e da nota do presidente da Câmara, se refugiou no plenário. O julgamento da ação penal contra Silveira está marcado para 20 de abril.

Aliado dos bolsonaristas da Câmara, que tiveram um papel importante na sua eleição, Lira assumiu uma posição ambígua em relação a Silveira: "Decisões judiciais devem ser cumpridas, assim como a inviolabilidade da Casa do Povo deve ser preservada. Sagrada durante as sessões, ela tem, também, dimensão simbólica na ordem democrática", argumentou. Moraes atendeu a um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), que solicitou a aplicação de medidas restritivas ao deputado.

A atitude de Silveira mira os eleitores bolsonaristas, mas cria uma situação de choque entre os Poderes, porque desobedece a uma decisão do Supremo e transforma o plenário da Câmara num refúgio seguro contra uma decisão judicial que não interfere na sua atividade parlamentar. Às vésperas das eleições, é um péssimo exemplo; há outros parlamentares que endossam suas atitudes.

Congressistas somente podem ser presos em flagrante, por crime inafiançável. Mesmo assim, a Câmara e o Senado podem revogar a prisão. No caso de medidas cautelares, o STF já decidiu que, caso elas influenciem no exercício do mandato do parlamentar, o plenário da Câmara precisa se manifestar dentro de 24 horas para manter ou relaxar a medida. Em sua decisão, porém, Moraes afirma que a tornozeleira não impede o exercício do mandato de Silveira.

O deputado sinaliza uma linha de recrudescimento dos ataques e desafios ao STF por parte dos grupos bolsonaristas radicais. Aposta num ambiente de confrontação entre os Poderes, no qual a polarização entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente Jair Bolsonaro projeta um cenário de radicalização política esquerda x direita.

O gesto de Silveira foi estrategicamente pensado, pois coincidiu com o recurso encaminhado, ontem, ao Supremo por sua defesa, no qual pede a suspensão das medidas cautelares decretadas por Moraes. Também desgasta a Polícia Federal como polícia judiciária. Câmara e Senado têm sua própria polícia. Sua atitude incendeia as redes sociais bolsonaristas, pavimentando caminho para sua reeleição, ao mesmo tempo em que incentiva ataques ao Supremo, os mesmos que já o levaram à prisão.

### Urna eletrônica

O superintendente da Polícia Federal no Distrito Federal, delegado Victor Cesar Carvalho dos Santos, foi à Câmara para notificar o deputado, mas não cumpriu a decisão, porque não foi autorizado por Lira. É uma situação desmoralizante, mas tem tudo a ver com a atual situação da corporação, cada vez mais subordinada a Bolsonaro.

Ontem, em Parnamirim (RN), durante evento em clima de campanha eleitoral antecipada, o presidente voltou a questionar as urnas eletrônicas, ao afirmar que os votos "serão contados" e que "não serão dois ou três que decidirão como serão contados esses votos", numa alusão aos ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), entre os quais Alexandre de Moraes, que presidirá a Corte durante as eleições.

É o tipo de comentário que sinaliza aos grupos bolsonaristas que chegou a hora de uma nova temporada de ataques à Justiça Eleitoral. Os ataques de Bolsonaro às urnas eletrônicas são constantes e fazem parte de uma estratégia para questionar o resultado das urnas caso perca as eleições. Segue a cartilha adotada pelo ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump, que não aceitou a eleição de Joe Biden. O presidente brasileiro foi um dos últimos chefes de Estado a reconhecer a vitória do democrata.

## INVESTIGAÇÃO

# PF livra o presidente

Relatório conclui que Bolsonaro não cometeu crime de suposta interferência na corporação

» LUANA PATRIOLINO

A Polícia Federal concluiu que o presidente Jair Bolsonaro (PL) não cometeu crime no caso das supostas interferências na corporação. Para a instituição, falta "prova consistente" contra o chefe do Executivo. O relatório, enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), faz parte do inquérito aberto em 2020 pela Corte, que atendeu a um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR). A apuração teve início após acusações feitas pelo ex-ministro da

Justiça Sergio Moro. A PF diz no documento, também, que não houve delito do ex-juiz ao lançar as suspeitas.

"Concluímos que, dentro dos limites da investigação traçados pelos exmos. ministros relatores, no âmbito da esfera penal, não há nos autos elementos indiciários mínimos de existência de materialidade delitiva imputada ao senhor presidente da República Jair Messias Bolsonaro, assim como também ao senhor Sergio Fernando Moro", afirma trecho do relatório.

Ao se demitir, Moro acusou

Bolsonaro de pressioná-lo para trocar o chefe da PF no Rio de Janeiro e o então diretor-geral da corporação, Mauricio Vallejo, com o intuito de proteger filhos e aliados.

"No decorrer dos quase dois anos de investigação, 18 pessoas foram ouvidas, perícias foram realizadas, análises de dados e afastamentos de sigilos telemáticos implementados. Nenhuma prova consistente para a subsunção penal foi encontrada", acrescenta o documento. "Muito pelo contrário, todas as testemunhas ouvidas foram

assertivas em dizer que não receberam orientação ou qualquer pedido, mesmo que velado, para interferir ou influenciar investigações conduzidas na Polícia Federal." O relatório foi finalizado sem a oitiva de Bolsonaro, que se recusou a depor.

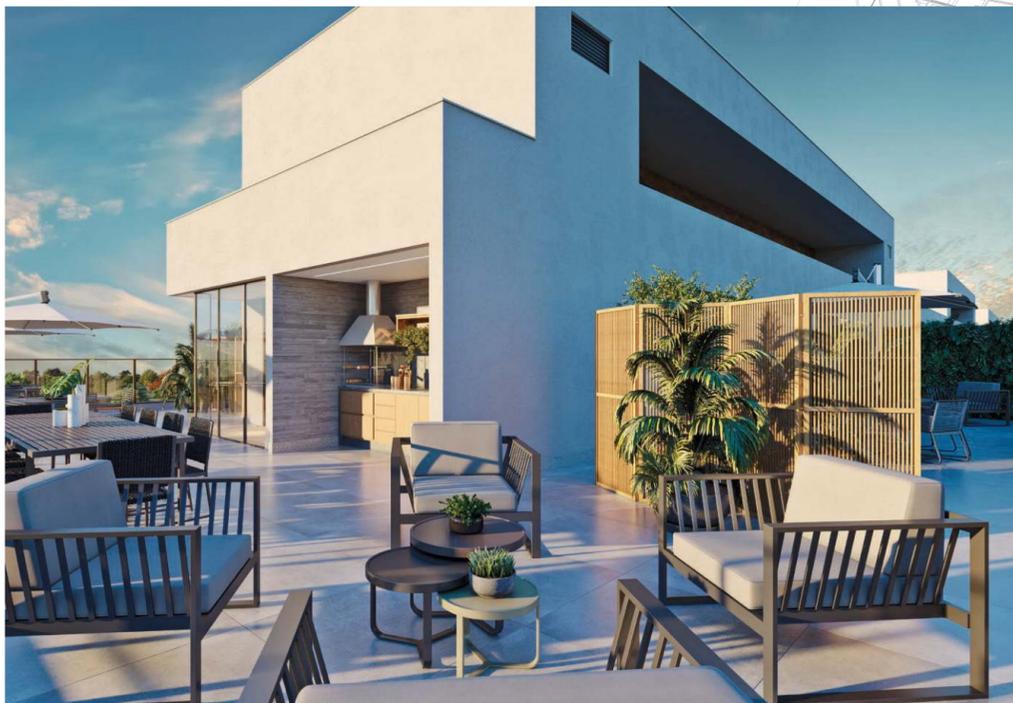
Nas redes sociais, Moro criticou o desfecho. "A Polícia Federal produziu um documento de 150 páginas para dizer que não houve interferência do presidente na PF. Mas, certamente, as quatro trocas de diretores da PF falam mais alto do que as 150 páginas desse documento", escreveu.

**“QUANDO A GENTE IMAGINA O PRÉDIO, A GENTE VÊ UM PROJETO CONTEMPORÂNEO, MAS AO MESMO TEMPO JOVEM, GOSTOSO, ATRAENTE.”**

MKZ ARQUITETURA – ROGÉRIO MARKIEWICZ



CADERA OSCAR - SÉRGIO RODRIGUES / Hill House



2º Ofício R5 M.101.417

## RESIDENCIAL NÍVIO GONÇALVES NOROESTE SQNW 307

**2 QUARTOS**  
73 a 84 m<sup>2</sup>  
1 suíte  
Até 2 vagas de garagem

**3 QUARTOS**  
115 m<sup>2</sup>  
1 suíte  
Até 2 vagas de garagem

**COBERTURAS DUPLEX**  
148 a 170 m<sup>2</sup>  
1 suíte  
2 vagas de garagem

**QUALIDADES**  
2 salões de festa  
Piscina com raia de 12 m  
Academia  
Brinquedoteca

**VANTAGENS**  
Plantas flexíveis  
Lazer na cobertura e no pilotis  
Facilidade de negociação

Paulo Octavio®

C/1700

ACESSE E SAIBA MAIS



☎ 3326.2222

www.paulooctavio.com.br

VISITE NOSSAS  
CENTRAIS DE VENDAS

208/209 NORTE  
(Eixinho, ao lado do McDonald's)

NOROESTE  
(CLNW 2/3)

GUARÁ II  
(QI 33 Lote 2)